

CICLOS DE FORMAÇÃO: CONTRAPOSIÇÃO AO MODELO SERIADO

FORMATION CYCLES: CONTRAPOSITION TO THE MODEL SERIES

Rose Márcia da Silva¹

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

Tendo em vista as audiências públicas que vêm ocorrendo no Estado de Mato Grosso para avaliação dos 10 anos de implantação dos Ciclos de Formação Humana, a presente resenha tem por objetivo trazer ao debate a concepção de Ciclos de Formação defendida por Luiz Carlos de Freitas, em contraposição ao modelo seriado.

Freitas traz no texto de apresentação que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, em seu artigo 23, aponta pela primeira vez a possibilidade de organização escolar formal diferenciada na forma de “Ciclos”, ressaltando que tal forma deve ser adotada “sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (p. 7).

No entanto, alerta quanto à diferenciação das propostas de Ciclos de Formação e Progressão Continuada. Pois, a primeira “exige uma proposta global de redefinição de tempos e espaços da escola” com vistas a uma experiência socialmente significativa para a idade do aluno, enquanto que a segunda “é instrumental”, um agrupamento de séries, com o objetivo de “viabilizar o fluxo de alunos”, com medidas de apoio, não avançando na superação da “função social historicamente atribuída à escola”, que é a de “ensinar a submissão e a de excluir” (p. 11).

No primeiro capítulo, sobre a lógica da escola, ao autor interessa o desvelamento das “relações, posturas políticas, práticas e concepções que transitam de forma encoberta” no interior das escolas e, apontar alguns caminhos para construir formas mais produtivas de lidar com a realidade complexa atual. Considerando que:

[...] a escola institui seus espaços e tempos incorporando determinadas funções sociais, as quais organizam seu

¹ Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Sorriso, Mato Grosso, Brasil. rose.marcia@oi.com.br

espaço e tempo a mando da organização social que a cerca. A escola, portanto, não é um local ingênuo sob um sistema social qualquer. Dela, espera-se que cumpra uma determinada função (FREITAS, 2003, p. 14).

Nos moldes liberais, a função da escola é “ensinar tudo a todos”, com qualidade, sob a lógica da compensação das desigualdades sociais, visto que “os estudantes aprendem de forma diferenciada na dependência de seu nível socioeconômico” (p. 15).

Para os socialistas, a escola deve ensinar a todos com nível elevado de domínio, mas partindo “da eliminação dos desníveis socioeconômicos e da distribuição do capital cultural e social”, propondo discutir como se acumulam outras formas de capital dessa lógica, afirmando que ela está “longe de ser o compromisso social da escola na atual sociedade”, sociedade esta “constituída sob a égide da competição” (p. 18).

A avaliação nessa perspectiva é vista como uma “mercadoria”, predominando o valor de troca (nota) sobre o valor de uso (conhecimento) (p. 28). É algo separado da vida, a ela é destinado o papel institucional de avaliar as habilidades, comportamentos, valores e atitudes, instalando uma lógica de submissão, tanto no plano formal (provas e trabalhos) como no informal (juízo de valor). Cumpre as funções de hierarquizar, controlar e formar valores impostos pela sociedade.

Essa lógica é regida pela lógica do capital, que necessita “de uma escola que prepare rapidamente, e em série, recursos humanos para alimentar a produção de forma hierarquizada e fragmentada” (p. 27).

Para Freitas (2003, p. 29), a lógica de que “a escola é vista como preparação para vida e não como a própria vida” determina a concepção de como a escola organiza todo o trabalho pedagógico, as relações de produção de conhecimento e de poder. “Aqui a equidade é reduzida a dar a possibilidade ao aluno de reproduzir-se como membro de uma classe social à qual ele já pertence – quando muito” (p.32).

Nesse sentido, a proposta de progressão continuada, segundo Freitas, é uma forma de “permitir que cada um avance a seu ritmo, usando todo o tempo que lhe seja necessário”, e a escola uma forma de “compensar as desigualdades sociais”, respeitando-se o ritmo de aprendizagem dos alunos.

Segundo o autor, a progressão continuada trouxe, com ela, o debate sobre a submissão e a exclusão da criança no interior da escola, sob a

modulação de “fatores que ocorrem fora dela e que “disputam” a definição de seus espaços e tempos” (p. 33).

Coadunando com Freinet (2001) Freitas afirma que, mais que elevar o povo, trata de prepará-lo para realizar com a eficiência mais racional possível as novas tarefas que o capitalismo queira lhe impor.

A progressão continuada e os ciclos se constituem em formas de resistência a esse modelo excludente e seletivo, porém encontram dificuldades/limites “para se instituírem e para alterarem as regras do jogo da escola” (p. 34).

Nesse sentido conhecer os limites torna-se imprescindível para poder intervir na escola, pois “os ciclos e mesmo a progressão continuada contrariam – cada um a seu modo e com profundidades diferenciadas – uma lógica escola que não é desconstruída sem resistência” (p. 36).

Freitas afirma, no segundo capítulo, que trata da lógica da avaliação, que mesmo no caso da progressão continuada e dos ciclos, a avaliação informal permanece como aspecto perverso atuando na exclusão dos alunos, que precisa ser reconhecido e superado.

A “retenção pedagógica”, segundo ele, preserva a dinâmica da reprovação, eliminando ao final de cada ciclo, “depois de ter sido guardado” na escola como “excluído potencial”. Lógica da avaliação impõe ao aluno a responsabilidade pelo “fracasso”, numa auto exclusão, pois lhe são oferecidas as condições/oportunidades, que não foram por ele aproveitadas (p. 49).

O enfrentamento dessas lógicas reveladas abrem possibilidades importantes para os ciclos ganhem espaço e se firmem como política pública. Nos ciclos, alunos que no esquema seriado eram eliminados, permanecem, denunciando o sistema de exclusão, exigindo tratamento pedagógico adequado e reparação. Para o autor “A volta para o sistema seriado é uma forma de calar essa denúncia e precisa ser evitada” (p. 50).

No terceiro capítulo, a lógica dos ciclos, Freitas afirma que os ciclos de formação têm sua base na Escola Plural de Dalben (2000), organizados em três ciclos: 1º Ciclo - denominado infância (crianças de 6 a 9 anos); 2º Ciclo - pré-adolescência (alunos de 9 a 12 anos) e 3º Ciclo - adolescência (alunos de 12 a 14 anos) o que os identifica com o próprio ciclo de desenvolvimento humano, com suas características pessoais e vivências socioculturais.

Freitas expande essa concepção, “adicionando um outro modo de conceber a dinâmica da formação do aluno e que contrarie tanto a lógica da

exclusão como da submissão” (p. 55).

A contradição básica a ser superada na formação atual, para ele “é a que faz dos homens os próprios exploradores dos homens” (p. 56). Assim, o planejamento nos ciclos precisa abarcar além da questão do interesse das faixas de desenvolvimento da criança, um forte vínculo com a realidade social que influencia esses interesses.

[...] trata-se de vivenciar concretamente a vida social, analisar os limites dessa vida social com vistas à superação. Tal superação não se limita a uma crítica difusa, a uma clara intenção de superar a contradição básica: homens não devem explorar outros homens - não é ético (FREITAS, 2003, p. 58).

Nesse sentido, Freitas defende que “a relação pedagógica não pode ser baseada na exploração nem preparar para a aceitação da exploração”, mas em relações horizontalizadas entre estudantes e professor, nas quais o trabalho coletivo e a solidariedade sejam âncoras para a aprendizagem, e a autoridade do professor seja pedagógica, com base em sua experiência e em seu conhecimento.

Para que isso se efetive “não basta que os ciclos se contraponham à seriação, alterado tempos e espaços”. É fundamental alterar também as relações de poder inseridas nesses tempos e espaços (p. 60).

Os estudantes precisam ser parte do processo de aprendizagem. A escola precisa ser um espaço e tempo de vida, em que cada estudante compreenda claramente, o que precisa para construir o conhecimento e por quais caminhos construí-los.

Para Freitas, não se pode tomar um método, uma proposta pedagógica, sem os princípios que a fundamenta. Assim, apresenta a concepção curricular do complexo, de Pistrak, como possibilidade de reorganização dos tempos e espaços da escola e avaliação, como um processo, a serviço de “novas relações entre pessoas e entre pessoas e coisas” (p. 67), colocando o trabalho como centro do ensino, pois segundo o autor, “O trabalho é o foco articulador das relações das crianças, tanto com a vida social quanto com a natureza” (p. 64).

O capítulo 4, sobre a lógica das políticas públicas, discute a autonomia da escola e o envolvimento dos sujeitos (professores, pais, alunos) desse processo como sendo de extrema relevância na tomada de

decisão pela implementação ou não dos ciclos como política pública, e a auto avaliação institucional pode ser o ponto de partida para um processo de motivação permanente de seus atores.

Freitas conclui reafirmando que a inclusão formal de 95% das crianças na escola é fator denunciante do processo de exclusão e submissão, conquistada pela luta das classes populares e a proposta de organização escolar em ciclos representa uma forma de superar a contradição “formar e instruir”.

A formação integral é apresentada pelo autor como uma grande aliada nesse processo de resistência, a que ele afirma ser “embriões do novo, dentro do velho sistema educacional”, que em algum momento pode fazer surgir uma nova realidade social e educacional (p. 89).

Para Freitas, “devemos lutar pelo aprofundamento da noção de ciclos e exigir condições adequadas para sua instalação e seu funcionamento” (68). As atuais discussões nas audiências públicas, no Estado de Mato Grosso, podem representar um importante passo na mobilização e tomada de consciência da estrutura social do modelo seriado de exclusão e submissão, que impede a aprendizagem dos estudantes e de luta por uma escola mais justa.

Data de recebimento: 17.06.2015

Data de aceite: 26.07.2015